

O Instituto Guaicuy tem acompanhado, como ouvinte, as reuniões mensais, onde a AECOM, auditora do Programa de Recuperação Socioambiental (PRSABP) e do Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), apresenta para as Instituições de Justiça e Estado um diagnóstico sobre o cumprimento das ações e projetos em que a Vale tem a obrigação de fazer, segundo o Acordo judicial.

Os principais pontos de atenção sobre o andamento do ERSHRE levantados pelo Instituto Guaicuy na **reunião do dia 28/08/2026** são apresentados a seguir. As informações são baseadas exclusivamente no conteúdo apresentado pela auditoria.

Avanços na campanha de comunicação da transição

A campanha de comunicação para apresentar a nova empresa executora dos estudos de risco, a ERM, segue em andamento nos territórios da bacia. Das 410 comunidades previstas para o estudo, o trabalho de apresentação já alcançou 244 localidades, com a realização de 28 novos encontros no último período. Essas agendas em campo servem para reconhecer o território, informar oficialmente sobre a troca das equipes de execução e esclarecer dúvidas sobre o encerramento da Fase 1, que compreendeu o levantamento das preocupações realizado anteriormente pelo Grupo EPA.

Como ponto de atenção, a auditoria identificou que algumas comunidades previstas no estudo de risco estão sem uma liderança comunitária mapeada. O próximo passo exige uma atuação conjunta entre a ERM e as ATIs para identificar e cadastrar os novos representantes dessas localidades.

Continuidade das devolutivas da Fase 1

A realização das devolutivas marca o encerramento oficial da Fase 1 do Estudo de Risco. Nesses encontros presenciais, a executora apresenta o resumo de todas as preocupações registradas com a população participante e detalha os próximos passos do estudo, incluindo o cronograma da Fase 2, na qual serão realizadas as coletas de amostras no campo. Recentemente, foram promovidos cinco encontros de devolutiva na região de Brumadinho, contemplando dez comunidades, dentre elas foram citadas as de Alberto Flores, Parque da Cachoeira e Parque do Lago.

Nesses eventos, a auditoria registrou como ponto de atenção o baixo engajamento e a baixa participação das comunidades. Além disso, os moradores relataram que a realização de diversos estudos no território ao longo dos anos tem gerado confusão sobre as finalidades de cada pesquisa, acompanhada pelo descontentamento quanto à falta de respostas sobre as coletas já feitas.

Diante desse cenário, a auditoria orientou a ERM a aprimorar o material de comunicação e a dinâmica das reuniões. O foco principal deve ser responder diretamente aos questionamentos e às dúvidas dos atingidos, evitando o excesso de detalhes metodológicos sobre fases futuras. Foi

solicitada também que seja utilizada uma linguagem simples e acessível, evitando termos excessivamente técnicos ou jurídicos, além de reforçar junto à população o papel do Estudo de Risco como a peça técnica e jurídica fundamental que vai embasar as ações formais de reparação.

Estudo da Produção Agropecuária e do Pescado na Bacia do Rio Paraopeba (EPAPP)

Avanço das entregas técnicas e desafios

A auditoria informou que o Estudo da Produção Agropecuária e do Pescado na bacia do rio Paraopeba, conduzido pela empresa executora SAGE Coppe UFRJ sob a aprovação da SEAPA, passa a ser identificado oficialmente pela sigla **EPAPP**. Desde o início dos trabalhos em janeiro de 2026 até agosto do mesmo ano, a executora entregou nove documentos em versão inicial, cumprindo rigorosamente os prazos do cronograma. O conjunto de relatórios abrange a revisão de documentos, a validação de dados pretéritos (dados antigos, que já existiam), os planos de trabalho, de comunicação e de aplicação dos questionários, além do roteiro da revisão normativa (regras e normas). A executora elaborou também uma proposta do material metodológico em linguagem popular para facilitar o acesso da população quando o documento for publicado no portal.

Paralelamente ao cumprimento das entregas, a auditoria acompanha pontos técnicos que seguem em fase de alinhamento entre a executora, a AECOM e os órgãos do Estado. O primeiro deles é a estruturação do repositório, que será um canal digital que armazenará os documentos e dados produzidos, garantindo o cumprimento das regras de proteção de dados

pessoais (LGPD). O outro desafio em definição técnica é a estratégia do nexo de causalidade, que estabelecerá a relação direta entre o rompimento da barragem e os impactos na produção agropecuária e no pescado.

Cronograma de execução do estudo

A auditoria informou que a próxima fase prática do EPAPP consiste na aplicação dos questionários no território para mapear o que é produzido e consumido na bacia do Rio Paraopeba. O calendário aprovado estabelece as seguintes etapas:

De setembro de 2026 até janeiro de 2027, ocorre a aplicação oficial dos questionários no campo. Inicialmente, será aplicado o questionário focado na produção agrícola e, em seguida, o questionário alimentar, detalhando a quantidade e o tipo de alimento consumido pela população local.

Em janeiro de 2027, com o término da aplicação dos questionários, será iniciado o fechamento da Fase 1 do estudo com a publicação do *Relatório Integrador da Fase 1*, documento que reunirá a avaliação dos dados coletados com a avaliação dos dados secundários (informações, relatórios e pesquisas que já existem e foram coletados anteriormente por outros órgãos ou instituições).

De maio de 2027 a setembro de 2027, terá início a fase de amostragem, onde as equipes técnicas realizarão a coleta de amostras nas comunidades.

Transparência e validade jurídica dos estudos

Para fortalecer a participação informada, o [Portal da Auditoria Socioambiental](#) disponibilizou um canal exclusivo de notícias e agendas para o [ER-SHRE](#) e o [EPAPP](#). Segundo a auditoria, a ferramenta permite que a população acompanhe o calendário de eventos no território, acesse notícias atualizadas e utilize canais diretos para sanar dúvidas sobre os estudos. Eles solicitam que as Assessorias Técnicas Independentes auxiliem na divulgação dessa ferramenta para as comunidades.

Além disso, a auditoria informou que o documento consolidado com as perguntas e respostas levantadas na audiência pública realizada no dia 12 de maio de 2026, no Ministério Público sobre o EPAPP, já se encontra disponível para consulta pública na página do estudo.

Para acessar o documento de perguntas e respostas, [clique aqui](#).

A relevância dos estudos para a reparação integral

A auditoria realizada pela AECOM ressaltou que a transparência e a disponibilização de todo o acervo técnico no portal são passos fundamentais para garantir o acesso público e a governança do processo. Foi destacado que, embora diversos levantamentos e diagnósticos tenham sido realizados na bacia por diferentes entidades ao longo dos anos, os Estudos de Risco e o Estudo da Produção Agropecuária e do Pescado são as ferramentas oficiais da reparação. Segundo a AECOM Esses dois estudos possuem a validade e a força jurídica necessárias perante a Justiça para fundamentar decisões e gerar a obrigação legal de fazer, determinando as ações de reparação e compensação devidas pela Vale.